

Memória De Álvaro Cunhal

por Mário Soares

A morte de Álvaro Cunhal, dois dias depois da de Vasco Gonçalves, marca definitivamente o fim de uma época da história contemporânea de Portugal. Aconteceu quando se festejavam vinte anos sobre a adesão de Portugal à CEE, um projecto político a que sempre se opôs.

A figura de Álvaro Cunhal, que indiscutivelmente marcou o tempo em que viveu, é a de um abnegado militante comunista, ideal que abraçou em bloco, em jovem, por forma quase religiosa, sem que jamais permitisse que, no seu espírito, se insinuasse a sombra de uma dúvida ou, pelo menos, que ela se projectasse para o exterior. Foi fiel ao comunismo, tal como o concebeu e assimilou, na época de Estaline, na sua extrema juventude, até ao fim dos seus dias. Nem sequer a implosão da URSS, “a pátria do socialismo” ou “o sol da terra”, como lhe chamou um dia, o abalou. Pelo menos que se saiba.

A vida de Álvaro Cunhal identifica-se com a história do seu partido, em cuja reorganização, em 1941, teve um papel decisivo, tornando-se, a partir de então, o seu principal dirigente, embora só muito mais tarde assumisse o título de Secretário Geral. Duarte, o seu pseudónimo mais conhecido de militante, foi o rosto do PCP durante longas décadas, tornando-o uma figura lendária, quase mítica.

Álvaro Cunhal foi também um heróico resistente anti-fascista, um lutador e um organizador implacável, com um comportamento, na polícia e durante a sua segunda prisão, exemplar. Fugiu, aliás, do Forte de Peniche, onde esteve longamente preso, em cumprimento de pena, com alguns dos seus camaradas: um acto espectacular de imaginação, audácia e de risco que, naquela época, lembro-me bem, entusiasmou e constituiu um estímulo para toda a Oposição ao salazarismo.

Conheci Álvaro Cunhal, com os meus quinze ou dezasseis anos, quando ele foi, episodicamente, regente de estudos do Colégio do meu Pai. Tinha acabado de sair da sua primeira prisão e preparava-se para passar à clandestinidade. Onze anos mais velho do que eu, era uma personalidade fascinante, magro, vestido modestamente, mas com gosto e elegância, com um olhar penetrante, perscrutante, num rosto magro, vincado e inconfundível. Curiosamente, quando jovem, de uma beleza quase de mulher.

Não nego que no pouco tempo em que então convivemos – um ano e pouco – exerceu sobre mim um grande fascínio e influência, que felizmente foram contrabalançados por outros dois professores excepcionais, que igualmente me marcaram: Agostinho da Silva, Álvaro Salema e, obviamente, pelo magistério de grande tolerância do velho e experimentado republicano oposicionista, que era o meu Pai. Mas sem dúvida o seu conhecimento – e a aura de prestígio que o rodeava – pesou na minha adesão posterior às juventudes comunistas, já quando frequentava a Faculdade de Letras.

Encontrei depois duas ou três vezes Álvaro Cunhal - ou melhor, o camarada Duarte - quando estava na clandestinidade, em situações mais ou menos rocambolescas, que não vem ao caso agora contar. Os cuidados conspirativos muito duros, impostos então aos militantes, obrigavam a isso.

Estava eu preso, em seguida à desistência do Candidato a Presidente, general Norton de Matos, por não estarem reunidas as condições mínimas, de liberdade e isenção, para concorrer com dignidade, a um acto eleitoral de tal magnitude, quando Cunhal foi preso no Luso, numa casa clandestina do Partido. Foi-lhe apreendida volumosa documentação, como foi anunciado nos jornais, o que aliás bastante me preocupou. Contudo, a Pide nunca primou pela perspicácia e no que a mim se referia nada descobriu...

Assisti, ainda não era sequer estudante de Direito mas mero acompanhante do meu velho amigo, o advogado Salgado Zenha, ao julgamento de Álvaro Cunhal no Tribunal Plenário de Lisboa. Lembro-me que se comportou com uma dignidade e uma coragem imensas, nas declarações e no discurso que fez, na linha do célebre julgamento de Dimitrov, “A defesa acusa”, julgado pelos nazis a propósito do incêndio do Reischtag, que eles próprios tinham ateadado.

Os tempos passaram. Depois da fuga de Peniche, Cunhal partiu para o estrangeiro, tendo falado algumas vezes aos portugueses pela Rádio Moscovo, que emitia em português e, então, era muito ouvida. Voltamos a cruzar-nos em Praga, onde fui, clandestinamente, visitar o general Delgado, retido num leito de Hospital em que fora operado de urgência. Dias depois, disseram-me que alguém (importante) gostaria de falar comigo. Aceitei, claro, pensando que seria uma autoridade checa. Mas não. Quando me levaram a um hotel no centro de Praga – de nome, salvo erro, Paris – e me introduziram num vulgar quarto, verifiquei, com surpresa, que se tratava de Álvaro Cunhal.

Eu era já então conhecido como dirigente da ASP (Acção Socialista Portuguesa) organização que precedeu o Partido Socialista. Cunhal fez-me sentir, desde as primeiras palavras, a distância ideológica que nos separava. Aos seus olhos, os comunistas eram uma espécie singular de “raça superior”, na escala dos anti-fascistas, de que eu tinha decaído. A conversa não correu bem.

Voltei a encontrá-lo em reuniões formais entre dois partidos anti-fascistas – o comunista e o socialista – em Paris, nos meses que precederam o 25 de Abril. Ambos, Cunhal e eu, estávamos convencidos de que o regime salazaro-caetanista entrara em agonia. Mas não sabíamos quando. Em França, existia então a União de Esquerda, que facilitava os nossos contactos e teve porventura um certo efeito positivo sobre nós, para juntarmos esforços. Mas não supúnhamos que o regime cairia como um fruto maduro, sem resistência, e que a fuga dos maiores acarretaria a desarticulação do Estado Novo Corporativo.

Imediatamente após a Revolução dos Cravos regressei de comboio a Portugal porque o aeroporto estava encerrado. Cheguei dois dias antes de Cunhal que veio também de Paris, mas de avião. Lembro-me de que o fui esperar e o abracei efusivamente quando chegou, como os filmes da televisão, ainda a preto e branco, mostram agora à saciedade.

O que se passou depois é conhecido e há muita documentação idónea para estudar o processo complexo e contraditório que se seguiu após a Revolução e a formação do I Governo Provisório em que ambos participámos: Cunhal, como ministro sem pasta e eu como ministro dos Negócios Estrangeiros.

No 1º de Maio de 1974 ainda desfilamos a par, apesar de algumas tentativas hegemónicas, que não me agradaram nada. Mas foi o último. A questão do MDP/CDE ter-se tornado um partido satélite do PCP e a unicidade sindical, foram dois pontos de discórdia, dificilmente engolíveis.

Depois veio o 11 de Março de 1975 onde o PS não rompeu a coligação que conduziu ao IV Governo provisório (o terceiro presidido por Vasco Gonçalves, que me quis processar por pretender julgar-me, sem provas, suspeito de implicado na tentativa frustrada de Spínola) apenas porque o Presidente Costa Gomes nos prometeu realizar eleições livres para as Constituintes, em 25 de Abril de 1975. O que realmente cumpriu.

Mas o 11 de Março – com as nacionalizações e as ocupações de terras e de empresas que se seguiram – constituiu um ponto de viragem, um ponto decisivo, iniciando o PREC (Processo Revolucionário em Curso). A partir daí as relações entre o PS e o PCP estragaram-se em absoluto. Foi uma confrontação total, sobretudo depois do PS ter ganho as eleições – o que poucos esperavam - e o PCP, inebriado pela Aliança Povo MFA (leia-se Povo, como Partido Comunista e o MFA como a parte dos militares comprometidos com o PCP) proclamou as eleições como “um travão da Revolução”.

A estratégia revolucionária e anti-democrática do PCP, porque não respeitava a vontade popular, expressa em eleições livres, tornou-se, desde então, evidente. Suscitou imensos anti-corpos na sociedade portuguesa. E o PS lançou-se, em consequência do segundo 1º de Maio, em colossais manifestações de rua que mudaram a relação de forças e provocaram uma clivagem profunda no MFA.

Foi então que Álvaro Cunhal, que gozava até aí de um estatuto de intocável, aceitou confrontar-se comigo num debate na televisão, que durou quatro longas horas. Foi um momento memorável – “olhe que não, olhe que não”, argumentava Cunhal, em desespero de causa – que desequilibrou, a favor da democracia pluralista, o prato da balança. Daí até ao 25 de Novembro de 1975 foi um pulo. Cunhal, pressionado por Costa Gomes, teve a sensatez de desistir às duas da manhã, deixando sozinhos os seus comprometedores “aliados” esquerdistas. A aventura totalitária terminou então. Mas o 25 de Novembro de 1975 não foi a vitória da contra-Revolução, como alguns

pretenderam: foi a recondução da Revolução dos Cravos à sua pureza original, de uma revolução democrática, pluralista, generosa e tolerante.

Voltei a encontrar Álvaro Cunhal em inúmeras ocasiões. Sempre o respeitei como militante e como intelectual de grande qualidade, que nunca quis ser. As nossas relações foram sempre cordiais. Tornamo-nos, por força das coisas, "inimigos íntimos", como uma vez lhe disse. A última vez que nos encontramos foi depois de eu ter deixado de ser presidente num frente a frente evocativo do que tivéramos no Verão Quente.

Cunhal era um homem de uma grande rigidez estratégica que convivia com uma enorme flexibilidade táctica. Essa flexibilidade foi posta à prova quando nas primeiras eleições presidenciais recomendou aos seus fiéis eleitores que tapassem com a mão a minha fotografia, mas pusessem a cruzinha no lugar certo, para derrotar o Candidato rival, então considerado da Direita. Quando uma Senhora do Povo, a sorrir, disse na televisão "lá terei que engolir esse sapo e votar Soares. Mas vou ter que tomar saís de frutos"...

Cunhal morreu igual a si próprio. Ainda bem que assim foi. Apesar de tudo, não posso impedir-me de sentir uma enorme tristeza. Era um homem de aço, de antes quebrar que torcer. Valente, de convicções inabaláveis, pessoalmente desinteressado, até ao sacrifício, fiel aos seus ideais de sempre, que nunca quis compreender o célebre verso de Camões: "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades/o mundo é feito de mudança". Ele nunca mudou!

Lisboa, 13 de Junho de 2005